



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assunto da interpelação oral e respectivas questões

O Regulamento Administrativo n.º 24/2010 (Estatuto dos titulares dos principais cargos da Região Administrativa Especial de Macau) prevê, claramente, que os titulares dos principais cargos devem assegurar a direcção, superintendência ou tutela dos serviços ou entidades subordinados, para evitar a ocorrência nos mesmos de quaisquer infracções ou situações de abuso de poder. A Lei n.º 15/2009 (Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia) também prevê, claramente, as responsabilidades específicas do pessoal de direcção e chefia. Mas o público questiona que, na existência de infracções e situações de abuso de poder em muitos serviços, comprovada pelos relatórios divulgados pelo Comissariado contra a Corrupção e pelo Comissariado de Auditoria, nem o Chefe do Executivo nem os titulares dos principais cargos foram alvo de responsabilização, o que leva alguns cidadãos a afirmarem que cada caso é como “fogo-de-artifício”, que “queimou e acabou”, e nenhum dirigente é alvo de responsabilização, o que não consegue, eficazmente, impedir as lacunas nas acções governativas. Recentemente, os casos que despertaram especial atenção do público incluem: o de violação de normas legais na contratação de grande número de pessoal pelo Instituto Cultural, revelado por um relatório divulgado após a saída do director; o de desperdício de erário público decorrente da baixa qualidade dos serviços de banda larga sem fios “WiFi Go”, revelado por um relatório divulgado após a extinção do serviço público; e o da fábrica de panchões, com desperdício grave de recursos públicos decorrente da troca de um terreno pequeno por um grande, revelado por um relatório divulgado muito tempo após a saída de vários dirigentes.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Atendendo ao caso de violação de normas legais na contratação de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

grande número de pessoal pelo Instituto Cultural, revelado por um relatório, o Governo deve explicar: após a ocorrência, para além de reparar o erro revelado, chegou a adoptar medidas para impedir as lacunas nas acções governativas, bem como, nos termos legais, censurar e imputar responsabilidades a algum dirigente?

2. Atendendo ao caso de desperdício do erário público decorrente da baixa qualidade dos serviços de banda larga sem fios “WiFi Go”, revelado por um relatório, o Governo deve explicar: após a ocorrência, para além de reparar o erro revelado, chegou a adoptar medidas para impedir as lacunas nas acções governativas, bem como, nos termos legais, censurar e imputar responsabilidades a algum dirigente?

3. Atendendo ao caso da fábrica de panchões, com desperdício de recursos públicos decorrente da troca de um terreno pequeno por um grande, revelado por um relatório, o Governo deve explicar: após a ocorrência, para além de reparar o erro revelado, chegou a adoptar medidas para impedir as lacunas nas acções governativas, bem como, nos termos legais, censurar e imputar responsabilidades a algum dirigente?

3 de Abril de 2017

O Deputado à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,

Ng Kuok Cheong